

A Constituição de 1990 e a realização das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique, rompendo com o unanimismo ideológico, permitem trazer para o debate público diferenciadas abordagens sobre os direitos das mulheres, nomeadamente sobre o acesso ao campo político.

Nesta pesquisa e tomando como objecto os actos eleitorais realizados em 2009, procurou-se aprofundar três ordens de problemas. A primeira foi a análise dos dispositivos legais e institucionais que devem garantir a transparência e a clarificação dos mecanismos que orientam os processos eleitorais. A segunda ordem de problemas teve a ver com os textos programáticos produzidos pelos partidos políticos que, exprimindo o modelo de governação projectado, informam sobre o modo como os partidos concebem a participação política das mulheres, e como isso se traduz em propostas políticas de defesa dos direitos humanos das mulheres. O terceiro conjunto de problemas tratados neste trabalho foi a análise da campanha eleitoral, principalmente no que respeita às lógicas eleitorais que mostram como o discurso cultural que relativiza os direitos humanos das mulheres, se combinam com os apelos à participação feminina e com a presença de mulheres nas direcções das acções de campanha.



WLSA Moçambique  
Maputo, 2010

 **Género e democracia. As eleições de 2009 em Moçambique**

# Género e democracia.

## As eleições de 2009 em Moçambique



**Conceição Osório**